



Estado Pará  
Prefeitura Municipal de Piçarra  
**Unidade de Controle Interno**

Parecer nº 005/2020PMP/UCI

Piçarra – PA, em 9 de março de 2020.

**PROCESSO: Pregão Presencial Nº 006/2020**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM VISTAS A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, EM ATENDIMENTO AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, UNIDADES ESCOLARES, PROGRAMAS SOCIAIS E UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO**

**INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Piçarra e outros**

**MUNICÍPIO: PIÇARRA – PA**

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM/PA, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Processo Licitatório n.º 006/2020, referente à modalidade PREGÃO PRESENCIAL, conforme a Lei Federal nº 8666/93, a Lei nº 8.883/94 e posteriormente a Lei nº 10.520/2002.

## **1. RELATÓRIO**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM VISTAS A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, EM ATENDIMENTO AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, UNIDADES ESCOLARES, PROGRAMAS SOCIAIS E UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, celebrado com a Prefeitura Municipal de Piçarra e outros.

O Processo encontra-se instruído e atuado pela ordem cronológica, com os seguintes documentos:

- I. Autuação pela Comissão Permanente de Licitação (fls. 002);
- II. Solicitação de Despesa com planilha descritiva dos itens e com quantitativos (fls. 003-102);
- III. Justificava para a Contratação (fls. 103-108);
- IV. Despacho da autoridade competente para providenciar pesquisas de preços (fls. 109);
- V. Cotações dos preços praticados no mercado local (fls. 110-127);
- VI. Relatório de preço médio comparativo por fornecedores (fls. 128-159);
- VII. Despacho para autoridade competente (fls. 160-161);
- VIII. Declaração de Adequação Orçamentária assinado pela autoridade competente, conforme Inciso II, Art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (fls. 162);
- IX. Cópia da Portaria PMPI/GAB nº 004, de 06 de janeiro de 2020, que nomeia a Equipe de Apoio de Licitação e o Pregoeiro do Município de Piçarra – PA (fls. 163);
- X. Termo de Autorização do Processo assinado pelo Ordenador de Despesas (fls. 164-165);
- XI. Minuta de Edital e seus anexos, elaborados pelo pregoeiro (fls. 166-217);
- XII. Despacho para análise da Procuradoria Municipal (fls. 218);

*Prefeitura Municipal de Piçarra–Avenida Araguaia,  
s/nº, Centro, Piçarra – PA. CEP: 68.575-000.*



Estado Pará  
Prefeitura Municipal de Piçarra  
**Unidade de Controle Interno**

---

- XIII. Parecer jurídico da Procuradoria Municipal que opinou pelo prosseguimento do processo (fls. 219-220);
- XIV. Edital e seus anexos (fls. 221-272);
- XV. Publicação de aviso do Pregão Presencial nº 006/2020, na Imprensa Oficial do Estado do Pará, nº 34124, pág. 132, em 20 de fevereiro de 2020 (fls. 273);
- XVI. Publicação de aviso do Pregão Presencial nº 006/2020, no Diário Oficial da União, sessão 03, nº 36, em 20 de fevereiro de 2020 (fls. 274);
- XVII. Documentos de Habilitação dos participantes com todas as folhas de abertura, julgamento do processo, com os envelopes devidamente assinadas pelos licitantes presentes e as consultas de autenticidades realizadas nos documentos fiscais apresentados (fls. 275-408);
- XVIII. Ata assinada pelo pregoeiro, participantes e membros da equipe de apoio da realização e detalhamentoda sessão do Pregão Presencial 006/2020 (fls. 409-553);
- XIX. Despacho para análise da Unidade de Controle Interno (fls. 554)
- XX. Parecer da Unidade de Controle Interno (fls. 555-558);

Após análise do processo licitatório acima referenciado, a Unidade de Controle Interno do Município de Piçarra, no uso de suas atribuições, passa a opinar.

## **2. ANÁLISE**

As contratações realizadas pela Administração Pública devem ser através de processo licitatório que garantam as condições de igualdade aos concorrentes, conforme determina o Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal:

*“Art. 37, XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.*

A regulamentação do referido artigo da Constituição Federal ficou definido na Lei Federal nº 8.666/93 que instituiu normas para as Licitações e Contratos Administrativos. No seu artigo 2º, ficou prevista a exceção à regra tácita:

*“As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.”*

Prefeitura Municipal de Piçarra–Avenida Araguaia,  
s/nº, Centro, Piçarra – PA. CEP: 68.575-000.



Estado Pará  
Prefeitura Municipal de Piçarra  
**Unidade de Controle Interno**

---

A abertura desse processo se faz necessária conforme a justificativa apresentada pelo ordenador, para atender as necessidades na demanda de material de expediente dos serviços administrativos do Município nos diversos setores e órgãos municipais.

Considerando que o referido processo, é inerente a contratação de empresas para a aquisição de material de expediente, no atendimento da demanda das Unidades Administrativas, Unidades Escolares, Unidades de Saúde, Programas Sociais no nosso Município, a formalização e a autuação seguiu conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, onde foram demonstradas as dotações orçamentárias, com as condições de fornecimento e as especificações detalhadas dos itens a serem executados, conforme definido no **Anexo I – Termo de Referência** do referido Edital.

Os procedimentos foram iniciados a partir da solicitação de abertura de Processo Administrativo, devidamente protocolado, autuado e numerado, considerando a autorização do ordenador e a indicação sucinta do objeto mencionado.

A minuta do Edital, contrato e anexos, presentes ao processo, foram referenciados a partir dos artigos 40 e 61 da Lei 8.666/93.

Encontram-se, também nos autos as cópias das publicações realizadas na Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA e Diário Oficial da União, ambos publicados no dia 20 de fevereiro de 2020, com data de abertura do credenciamento do Processo Pregão Presencial nº 006/2020 com a abertura da sessão para o dia 09 de março de 2020;

A Unidade de Controle Interno identificou também que o processo estava na fase de publicação no Portal do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – Mural de Licitação, onde foi recomendado o prosseguimento pela CPL e disponibilização de toda a documentação pertinente ao processo para análise do referido Tribunal, em atendimento a Resolução nº 11.410 TCM/PA, de 25 de fevereiro de 2014.

Na sessão do Pregão Presencial nº 006/2020, foram credenciados pela Comissão Permanente de Licitação os seguintes participantes que compareceram na sessão: *VANUSIA GOMES SANTOS - EPP, CNPJ 08.279.847/0001-69; J. B. P. DE SOUSA - ME, CNPJ Nº 24.446.501/0001-64.*

A Comissão recebeu e realizou o julgamento dos documentos de habilitação e proposta apresentada onde as licitantes entregaram seus envelopes lacrados que foram analisados pela comissão, sendo classificadas e declaradas VENCEDORAS as empresas: *VANUSIA GOMES SANTOS - EPP, CNPJ 08.279.847/0001-69; J. B. P. DE SOUSA - ME, CNPJ Nº 24.446.501/0001-64.*

Publicado o resultado do julgamento o processo foi encaminhado para as providências cabíveis.

*Prefeitura Municipal de Piçarra – Avenida Araguaia,  
s/nº, Centro, Piçarra – PA. CEP: 68.575-000.*



### **3. CONCLUSÃO**

Essa Unidade de Controle Interno conclui com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando aptas a gerar despesas para a municipalidade, apenas depois de sanadas as seguintes ressalvas: ***conclusão de todas as publicações no Mural de Licitações no Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em atendimento a Resolução nº 11.410 TCM/PA, de 25 de fevereiro de 2014, para prosseguir para a fase de contratação deste Processo Pregão Presencial 006/2020.***

Cumprir observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a obediência plena da legislação, inclusive na definição dos valores e condições contratuais celebrados no processo, nas instruções determinadas pelo artigo 61 e demais normas aplicáveis da Lei Federal n.º 8666/93, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório encontram-se em ordem, desde que cumpram as devidas recomendações apontadas, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e por fim,

DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

*Unidade de Controle Interno  
Prefeitura Municipal*